

O avanço da direita na Europa

O artigo discute o avanço da direita na Europa, nos últimos 15 anos, tanto do ponto de vista político-eleitoral como da difusão de ideologias e sentimentos. São analisados os fatores de enfraquecimento da esquerda e crescimento da direita, em particular a desestruturação do Estado do Bem-Estar e as políticas neoliberais. Apresenta-se um histórico dos partidos de direita e suas principais características.



The advance of the Right in Europe

The article discusses the advance of the European Right during the last 15 years from the view of electoral politics as well as the diffusion of ideologies and sentiments. It analyzes the factors of the weakening Left and the strengthening Right, particularly the dismantling of the Welfare State and the growth of neoliberal policies. A history and the main features of the right-wing parties are also addressed.

Luigi Biondi: Doutor em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, uma formação política de inspiração nazista, o Partido Nacional-Democrata Alemão (NPD), adentra o parlamento regional da Saxônia passando de 1,4% dos votos das eleições precedentes para 9,2%. No mesmo período, outro partido alemão de extrema direita, a União do Povo Alemão, obteve mais de 6% dos votos nas eleições da câmara legislativa em Brandemburgo, região que circunda a capital Berlim.¹ Na Itália e na Áustria, partidos herdeiros do legado fascista e nazista chegam ao governo. Na Espanha, a direita governa durante oito anos. Na França, Le Pen chega ao segundo turno das eleições presidenciais na França. A tendência neoliberal da maioria dos governos de centro-direita em muitos países europeus radicaliza suas posições e, mesmo em países de democracia bem consolidada como a Bélgica, a Dinamarca e os Países Baixos, ocorre o fortalecimento de grupos secessionistas e xenófobos. Desde o início da década de 1990 a direita cresce sistematicamente na Europa.

Não se trata apenas de um crescimento eleitoral. Os partidos e grupos de direita exercem pressão sobre os partidos social-democratas influenciando ou acelerando mudanças nos programas da esquerda. Além disso, sentimentos que podem ser classificados como inspirados por ideologias, práticas e culturas de direita se difundem na sociedade europeia há vários anos, como não ocorria desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Neste artigo analiso a direita europeia a partir de suas matrizes comuns, de sua diversidade ideológica, com destaque para as especificidades nacionais. Adoto, para efeito, a tradicional divisão entre *direita moderada* e *extrema direita*. A primeira tendência é composta de partidos conservadores, com milhares de filiados e, geralmente, com programas de inspiração cristã. Esta tendência é, com frequência, liberal na eco-

nomia e geralmente governa com grupos políticos de centro. A extrema direita é composta de forças políticas menores, normalmente antiliberais na economia, mas fortemente xenófobos e racistas, muitas vezes neofascistas e neonazistas. Nos últimos anos, alianças entre a direita moderada e a extrema direita tornaram-se cada vez mais freqüentes. Focalizo em particular a direita na Europa Ocidental, que coincidiu, até maio de 2004, com o território da União Européia (UE).²

Como muitas outras análises sobre o mundo contemporâneo, também no caso do crescimento da direita na Europa, o discurso deve remontar à queda do muro de Berlim e à unificação alemã e, em termos gerais, à dissolução da União Soviética. A partir destes eventos, cientistas políticos, sociólogos e historiadores notaram mais as rupturas do que as continuidades em relação ao período anterior da “guerra fria”. Ainda que a continuidade sobrepõe-se em muitos aspectos políticos, a ruptura, sobretudo no que se refere à (re)composição de partidos, movimentos e associações desde 1989. Esquerda e direita não são mais as mesmas desde o início da década de noventa.

2 ESQUERDA E DIREITA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO E À REFORMA DO ESTADO

O avanço da direita está em conexão com a crise da esquerda, cujo aspecto principal é a descrença do movimento socialista mundial na possibilidade de constituir um sistema alternativo ao capitalismo. Há uma perda de identidade que abre possibilidades de revisão das conquistas sociais; torna-se cada vez mais difícil a ampliação do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) e mesmo a sua defesa.

O fracasso da economia soviética e o fim do mundo bipolar, abalou a crença numa forte intervenção do Estado, inclusive nos moldes keynesianos, para corrigir as distorções e desequilíbrios evidentes do liberalismo. A direita avançou em

suas pretensões de destruição do Estado de bem-estar social com a chamada política neoliberal inaugurada na Grã-Bretanha por Margareth Thatcher, já na década de 1980.

A esquerda limita-se, em geral, a resistência: tenta defender o que resta da legislação social e, no máximo, reformar alguns pontos do *welfare* para tirar da direita espaços de crítica e de ação. Ensaia reformas antes que a direita o faça por completo, adotando uma estratégia político-eleitoral fadada ao fracasso uma vez que os partidos de direita, usualmente apoiados pelas federações dos industriários, facilmente encontram espaços do *welfare* que querem reduzir.

Atualmente, a principal divergência entre social-democratas e comunistas, refere-se aos programas de defesa do Estado de bem-estar social, não mais à alternativa do socialismo reformista ou revolucionário. Para os comunistas, trata-se de preservar e, se possível, ampliar o *welfare*. Mas, diferentemente de parte dos social-democratas, querem impedir, sem muito sucesso, o processo de privatização de empresas públicas. Os comunistas são minoritários nas amplas coalizões que incluem partidos ecologistas e de centro.

Além da descrença na realização de uma sociedade socialista e da crise que o pensamento marxista atravessa, o que dificulta a atuação da esquerda? A primeira explicação, no caso específico europeu, se relaciona à abertura dos países do leste desde o início dos anos 1990. Ocorreu uma fuga de capitais e uma rápida desestruturação do parque industrial europeu ocidental, uma vez que muitas empresas se deslocaram para os países do leste atraídas pelo baixo custo da mão-de-obra. Isso se deu tanto com multinacionais quanto com micro e médias empresas, como as que caracterizam a economia italiana e que tiraram proveito na transferência de seus estabelecimentos para a Romênia, a Eslovênia, a Albânia, a Polônia ou até a longínqua Letônia. O fenômeno resultou em menos trabalho nos paí-

ses da Europa Ocidental e em complexos processos de reestruturação e conversão nem sempre bem-sucedidos.³

Desemprego, recessão localizada e fuga de empresas e capitais significaram a diminuição de receitas que asseguravam o *Welfare State* na Europa. A entrada de oito países do Leste na UE, em 2004, certamente vai provocar maiores mudanças na circulação de capitais, bens, investimentos e trabalhadores. Do ponto de vista da força de trabalho, os cidadãos desses países não serão alvo de legislações especiais ou considerados imigrantes ilegais; gozarão do direito de livre circulação e emprego, mesmo que ainda não estejam uniformizadas as legislações trabalhistas no seio da U.E. Ainda vigoram condições salariais e custos de vida completamente diferentes entre as diversas macro-regiões, sem considerar que os novos países ainda não foram incluídos na área da moeda única. A aproximação dos salários médios dos novos aos antigos membros da União será demorada, sendo estimada em mais de dez anos. Tudo isso faz com que o Leste perdue como fornecedor de mão-de-obra e receptor de capitais e empresas provenientes do Oeste, sobretudo da Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e França.

A partir da segunda metade dos anos 1990, acelerou-se também a transferência de empresas e capitais europeus para áreas do mundo mais competitivas ainda que o Leste europeu, como a China, a Índia, os países do sudeste asiático e da América Latina. O fenômeno da invasão de produtos com logotipo europeu produzidos na China ampliou-se nos últimos cinco anos. Empresas que têm sua sede na União Européia driblam a legislação em defesa da produção local e conseguem melhor aceitação entre os consumidores europeus.

Em segundo lugar, o grande aumento do número de idosos na Europa significou um crescimento notável dos gastos sociais públicos com saúde e aposentadoria. O sistema de seguridade social, que não previa cotas de mercado para

os planos privados de saúde e aposentadoria, teve que ser reformado. A maioria dos sistemas não era organizada a partir das contribuições dos aposentados na época em que trabalhavam, mas a partir dos salários da população que trabalha. A diminuição relativa desta última por causa da reestruturação econômica e do crescimento dos aposentados levou diversos países a ampliar o período de contribuição. As novas gerações deverão trabalhar entre 5 e 10 anos mais do que as precedentes para chegar à aposentadoria e receberão benefícios menores, o que favoreceu a expansão dos planos de saúde e previdência privados, bandeiras dos programas da direita.

Em terceiro lugar, os parâmetros de Maastricht (1992) controlam rigidamente os países membros no que se refere às despesas públicas. A União pune os países nos quais a dívida pública chega a 60% do PIB e a relação entre o déficit da balança e o PIB ultrapassa 3%. O objetivo é impedir que a dívida cresça mais que o PIB e tornar homogêneas as taxas de interesse das diversas economias nacionais evitando possíveis repercussões em cadeia de crises localizadas. A política social e a redistribuição da renda tornaram-se quase impossíveis.⁴

A contingência de governar para desestruturar o Estado de Bem-estar destituiu a esquerda de suas bandeiras históricas. Os partidos social-democratas prometem reformar o *Welfare* supostamente para defendê-lo mas, na verdade, por não conseguir gerí-lo como no passado. Isso possibilitou a formação de alianças com os partidos moderados de centro, mas abriu grave crise com os sindicatos. Além disso, afastou uma parte importante do eleitorado tradicional de esquerda, que revelou seu descontentamento através do abstencionismo, uma novidade no comportamento dos eleitores da esquerda.

Nenhum partido, na Europa, consegue alcançar, sozinho, a maioria das cadeiras dos parlamentos, devendo necessari-

amente aliar-se a outros. Vigora, no entanto, uma situação de *bipolarismo imperfeito*, com um partido principal de direita moderada e um de esquerda social-democrata, ambos obrigados a se aliar com os de centro.⁵ A direita, contudo, frequentemente, chega ao governo sem se aliar à sua parte extrema. Os social-democratas, ao contrário, necessitam de coalizão com verdes e comunistas para vencer as eleições, uma vez que os partidos de extrema esquerda são mais expressivos do que os de extrema direita. Isto torna difícil chegar a uma política programática comum dentro das coalizões de centro-esquerda. Quando os social-democratas se aproximam dos programas dos partidos de centro, os partidos de extrema esquerda desistem da aliança. Vice-versa, no caso em que se dá maior importância aos aspectos socializantes: os partidos de centro tendem a sair.

Ao longo da década de 1990, avançou a radicalização neoliberal das propostas de política econômica dos partidos de centro e de direita em detrimento dos programas da direita tradicional, que tem governado desde a Segunda Guerra Mundial segundo os princípios keynesianos. Correntes neoliberais lideram agora os principais partidos de direita que, no início dos anos 1990, ainda admitiam a intervenção do Estado na economia e uma legislação social, mesmo que mais tímida que a social-democrata. Para constatar estas mudanças é suficiente comparar os antigos governos cristão-sociais na Alemanha com as posições atuais de Angela Merkel, ou a política social da democracia-cristã da Itália (o partido não existe mais) cujos expoentes entraram em alianças de centro-direita ou centro-esquerda sem a autonomia que possuíam. O pensamento neoliberal atingiu até os gaullistas franceses, tradicionalmente sensíveis ao papel redistributivo, harmonizador e planejador do Estado.

O fim do grande período de expansão econômica, iniciado no pós-Segunda Guerra, e a dissolução da União Soviética,

que tinha representado um modelo e um fator externo de pressão e estímulo para que o capitalismo se reformasse, deram forte impulso aos defensores do neoliberalismo em sua batalha para voltar ao *laissez-faire* e reduzir o papel do Estado na economia, destruindo ou minimizando o *welfare* e privatizando empresas públicas.⁶

3 IMIGRAÇÃO, XENOFOBIA E RACISMO

Com o crescimento econômico e a expansão do *Welfare-State* após a Segunda Guerra, o salário na Europa Ocidental cresceu a ponto de a condição da classe-média ser comparada a de funcionários públicos e de boa parte dos operários. Parte considerável do salário antes destinado à saúde e a exigências primárias pôde ser transferido para a aquisição de bens. Ao mesmo tempo, a assistência social ampla e padrões mais elevados de vida, juntamente com o empobrecimento relativo de países do hemisfério sul, abriram espaço para o trabalho de estrangeiros, geralmente desqualificados.

O aumento dos fluxos migratórios internacionais está tornando multiétnica, há mais de uma década, a sociedade europeia, apesar das hostilidades e dos conflitos com os imigrantes, chamados de “extracomunitários”. O neologismo, surgido com intenções politicamente corretas, tornou-se logo um termo depreciativo e genericamente racista. Até 2004, a designação era aplicada também aos imigrantes de países da Europa oriental, atualmente integrada à UE.

Houve aumento da xenofobia e do racismo ativo, externo verbal ou fisicamente, em especial na classe média baixa, que sofre com a reestruturação do setor terciário por conta da informatização. A xenofobia se manifesta nos jovens desempregados, sujeitos a trabalhos eventuais e temporários, nos desempregados em geral e nas famílias de trabalhadores, sobretudo os menos qualificados.

Após a Segunda Guerra, o xenofobismo era um fenômeno esporádico na Europa, manifestando-se, sobretudo, em grandes cidades. Nos últimos dez anos, esse sentimento alastrou-se em toda a Europa, até em países como Portugal, Espanha e Itália, cujos cidadãos haviam constituído as grandes levas de migrantes no mundo desde o fim do século XIX. O que é mais preocupante, no entanto, é o reaparecimento explícito da xenofobia na Alemanha com atos de extrema violência contra os turcos e na Áustria, apesar de décadas da pedagogia democrática e *tolerante* com que foram educadas as gerações do pós-guerra como um antídoto contra o ressurgimento do nazismo.

Xenofobia e racismo estão ligados a três fatores principais. Em primeiro lugar, a questão de classe, uma vez que a parte da população marginalizada e limitada aos setores mais desqualificados do trabalho urbano e rural foi quase totalmente substituída pela mão-de-obra estrangeira, mais barata, sobretudo porque clandestina, resistente à sindicalização ou não sindicalizável, que, por óbvias razões econômicas, aceita condições de trabalho e de vida recusadas até pelos trabalhadores jovens ou desqualificados da Europa. Nesse quadro, o sentimento xenófobo surgiu, sobretudo, entre a população europeia de trabalhadores desqualificados ou sujeita a longos períodos de desemprego, mas também em algumas famílias operárias, ainda que, neste caso, a xenofobia se apresente mais esporadicamente, por ter uma população operária há décadas ligada à luta solidária e de participação em uma ideologia de esquerda, ainda hoje fortemente internacionalista. A xenofobia “de classe” é comum também em meio à classe média baixa, que tem níveis salariais parecidos com os dos operários especializados ou que está vivenciando cada vez mais a experiência do trabalho precário. Uma vez

que os recursos do *Welfare* estão diminuindo drasticamente, o estrangeiro representa para estes um concorrente.

Há uma desconfiança em relação aos estrangeiros extracomunitários pela inserção de parte dos imigrantes no mundo da criminalidade européia, visto que é a rede de máfias internacionais que possibilita a inserção de estrangeiros na UE. Há períodos em que quase diariamente chegam barcos clandestinos nas costas italianas, principal portão de entrada dos imigrantes pelas mãos das máfias italiana, albanesa e turca. A fronteira leste, entre Alemanha-Áustria e República Tcheca, Polônia e Hungria e Eslovênia, apesar de ser mais controlável que o Mediterrâneo, foi igualmente penetrada graças às máfias russa e romena entre 1990 e 2004. A partir de então, com a entrada dos países da Europa do leste na UE, o limite oriental europeu foi estendido, mas nem por isso diminuíram os problemas ligados aos fluxos migratórios. Se foi eliminada a clandestinidade para os trabalhadores provenientes da Europa oriental, cresceram as tensões derivadas da diminuição de fronteiras a serem atravessadas pelos extracomunitários que utilizam os corredores balcânicos e ucraniano/bielo-russo.

Outro fator que prejudicou a inserção dos estrangeiros, inclusive de seus filhos, foi a importação de problemas dos países de origem, como, por exemplo, o conflito entre o Paquistão e a Índia. Os conflitos interétnicos se refletem na disputa pela inserção no mercado do trabalho, que ocorre por cadeias migratórias, cada uma tentando “monopolizar” determinados ofícios. Fortes são os contrastes, por exemplo, entre europeus do leste e não europeus, entre imigrantes europeus do nordeste e imigrantes do sudeste, entre imigrantes cristãos e muçulmanos.

4 O CRESCIMENTO ELEITORAL DA DIREITA

O avanço da direita foi confirmado pela sua vitória nas eleições do Parlamento da UE em junho de 1999, depois de 4 vitórias da esquerda (1979, 1984, 1989 e 1994).⁷

Entre junho de 1999 e junho de 2004, a bancada dos partidos moderados de direita, que governam seus países ou sozinhos ou em coalizões de centro-direita, chamada de Partido Popular Europeu (PPE), teve 233 dos 626 deputados do Parlamento Europeu, tornando-se a maior bancada. Dela fazem parte os principais partidos de direita, quase todos originários dos partidos democrata-cristãos, como o Partido Popular Austríaco; os Cristãos-Democratas - CDU e os Cristãos-Sociais - CSU, ambos da Alemanha; o Partido Popular Espanhol, e os restos da "baleia branca" italiana, a Democracia Cristã. Destacam-se também os conservadores da Grã-Bretanha, o Partido Social Democrata (*sic!*) Português, os democratas gregos e claramente os partidos gaullistas franceses (RPR e UDF) e, finalmente, a nova direita italiana, representada pelo partido de Silvio Berlusconi, *Forza Italia*.

A segunda bancada do Parlamento Europeu, do Partido dos Socialistas Europeus (PSE), que obteve 180 cadeiras em 1999, é formada por socialistas e social-democratas da Internacional Socialista e pela parte majoritária do ex-partido comunista italiano, hoje Partido dos Democráticos de Esquerda (*Democratici di Sinistra* - DS).

Os partidos de centro estão reunidos na bancada Liberal-Democrática (ELDR), com 51 cadeiras em 1999. Os partidos de extrema-direita se reúnem em duas bancadas: uma de 31 deputados, chamada União para uma Europa das Nações (UEN), composta em grande parte pelos deputados do partido *Alleanza Nazionale*, ex-partido neofascista italiano *Movimento Sociale*, e outra de 26, composta por uma constelação de pequenos partidos, entre os quais encontramos a extrema direita austríaca de Haider, os neofascistas radicais italianos, e a frente nacional de Jean-Marie Le Pen. Outros 16 deputados,

contrários à intensificação do processo de unificação europeia (eurocéticos), pertenciam à bancada da Europa das Democracias e das Diversidades (EDD), que tendencialmente é formada por partidos de centro-direita.

A bancada de extrema esquerda, Esquerda Unida Europeia (EUE), reúne os vários partidos comunistas, entre os quais, *Rifondazione Comunista*, parte minoritária do ex-Partido Comunista Italiano, e o PDS alemão, herdeiro do SED, o partido único, socialista, que governava a ex-República Democrática. Entre 1999 e 2004 esta bancada somava 42 deputados. Também de esquerda deve ser considerada a bancada dos Verdes, com 48 deputados em 1999, composta em grande parte por deputados alemães e franceses.

Tabela 01 - Composição do Parlamento Europeu no período 1999 - 2004 (total: 626 deputados)

Bancadas Direita	Deputados	Bancadas Esquerda	Deputados	Bancadas Centro	Deputados
PPE	233	PSE	180	ELDR	51
UEN	30	Verdes	48	EDD	16
Extrema Esquerda	42	EUE	42		
Total	289	Total	270	Total	67

Fonte: <www.europarl.eu.int> - quadro elaborado pelo autor

Nas eleições de junho de 2004 a diferença entre direita e esquerda e em particular entre as duas principais bancadas do PPE (268 deputados) e do PSE (200) foi ampliada sobretudo por conta dos votos dos países da Europa oriental, cujos cidadãos, por motivos históricos evidentes, votaram em massa nos candidatos da direita. Mas a vitória dessa direita não pode ser atribuída somente ao anti-socialismo difuso nos países do Leste europeu que acabaram de ingressar na União. Se analisarmos as eleições para o parlamento da UE em 2004 nos antigos 15 países-membros da Europa ocidental, podemos notar a continuação da prevalência da direita. Houve com

certeza uma diminuição de votos para os partidos de direita moderada na Espanha, na França e na Itália, mas em contrapartida ocorreu uma análoga derrota da esquerda em outros grandes países como Alemanha e Grã-Bretanha. Foi confirmado também o crescimento dos partidos de extrema direita, que, apesar de divididos em diferentes bancadas, constituem quase 10% do total dos deputados.

Tabela 02 - Composição do Parlamento Europeu após as eleições de 2004 (total: 732 deputados)

Bancadas de Direita	Deputados	Bancadas de Esquerda	Deputados	Bancadas de Centro	Deputados
PPE	263	PSE	200	ALDE (ELDR-EDP) ⁹	88
UEN	27	Verdes	42	Outros s/bancada	13
Extrema Direita s/bancada	16	EUE	41		
Independentes / Regionalistas ¹⁰	37				
Total	343	Total	283	Total	101

Fonte: <www.elections2004.eu.int> - quadro elaborado pelo autor

O predomínio da direita no Parlamento Europeu nos últimos 5 anos expressou uma atividade legislativa constante em favor das políticas neoliberais dos vários governos nacionais, dando o aval a escolhas político-econômicas que se encaminhavam justamente em direção à desestruturação do *Welfare State* e à liberalização da economia. Esta política neoliberal encontrou, contudo, obstáculos em setores tradicionais de direita, como os agricultores franceses ou outros que cresceram graças às subvenções estatais e o protecionismo alfandegário, mecanismos econômicos hoje criticados pelo parlamento europeu, sobretudo pelos partidos moderados de direita e de centro.

Com algumas exceções, o parlamento da UE refletiu nos últimos pleitos a tendência de direita nas eleições nacionais dos países-membro, que tinha se fortalecido gradualmente a partir do fim da década de noventa, como sintetizado na tabela que segue:

Tabela 03 - Países da U.E. pré-alargamento de 2004 com governos recentes de centro-direita

PAÍSES	PERÍODO
Áustria	desde 1994 (confirmado em 2002)
Dinamarca	desde 2001 (confirmado em 2005)
Espanha	1996 - 2004 (março)
França	desde 2002
Grécia	desde 2004
Irlanda	desde os anos 60 (confirmado em 2002)
Itália	1994 - 1996 e desde 2001
Luxemburgo	desde os anos 50 (confirmado em 2004)
Países Baixos	desde 2002
Portugal	2002-2005

Fonte: <www.electionworld.org> e <www.geocities.com/francesco.chirico> quadro elaborado pelo autor

O sucesso da direita se concentrou nos anos imediatamente posteriores a 2000, a segunda fase depois da arrancada direitista do início dos anos 1990 seguida à queda da União Soviética. Durante a segunda metade da década de 1990, ao contrário, nos principais países da União (França, Alemanha, Reino Unido e Itália), os partidos social-democratas (aliados aos comunistas, verdes e centristas) venceram as eleições, com a exceção da Espanha, onde terminara o longo governo, de quase 15 anos, dos socialistas.

França e Itália, por exemplo, vinham de mais de 5 anos de governos de esquerda. Deve ser lembrado o fato de o sistema semipresidencialista francês determinar, depois da era Mitterrand, em 1995, a coabitação (Chirac, de direita; Jospin, socialista) no Executivo. A Grã-Bretanha e a Alemanha, como se sabe, tinham vivido um predomínio da direita nos anos 1980/90. Em alguns países há uma tendência de longos períodos de predomínio de uma coalizão ou partido (de centro-direita na Irlanda, de esquerda na Suécia, Finlândia, Dinamarca e Grécia).

Os recentes triunfos da direita na Dinamarca, após décadas de social-democracia, e a radicalização de direita nos Países Baixos em 2002, expressam a tendência geral da Europa. Do ponto de vista simplesmente eleitoral, a presença da esquerda nos governos de países como a Grã-Bretanha e a Alemanha (até setembro de 2005) indicam

que a força da direita encontra ainda certos obstáculos. Considerando, porém, essas duas experiências, fica evidente que pontos dos programas moderados de centro-direita fazem parte da agenda dos governos guiados por partidos social-democratas.

A vitória dos socialistas na Espanha em 2004, e na Itália, da coalizão de centro-esquerda nas eleições de governadores e das assembléias regionais de 2005⁸, mostram uma diminuição da força da direita em dois grandes países, mas merecem ser discutidas. No caso espanhol, ainda que a vitória da esquerda tenha sido anunciada pela conquista da maioria das prefeituras e das regiões em 2003, o triunfo socialista foi causado em grande parte pelos atentados de Al-Quaeda que precederam as eleições. Até os atentados, o Partido Popular e o Socialista estavam tecnicamente empatados. Embora o governo de Aznar vivesse certa crise, a vitória dos socialistas não era nada segura, como mostraram também os resultados das eleições para o Parlamento Europeu na Espanha (ocorridas três meses depois da eleição para as Cortes), que evidenciaram uma recuperação da direita.⁹

Na Itália, o centro-esquerda conseguiu um triunfo nas eleições regionais por poucos pontos percentuais acima da coalizão de centro-direita, acompanhando, como confirmado nas eleições para o parlamento da UE, o equilíbrio constante entre as principais forças do panorama italiano nas últimas duas décadas. Na coalizão de centro-esquerda, os que mais cresceram foram os partidos moderados de centro, não os de esquerda.

Por outro lado, tanto as eleições para o parlamento europeu como as regionais na Grã-Bretanha e na Alemanha mostram forte tendência de crescimento dos partidos de direita. Na Alemanha, os social-democratas chegaram a um de seus mínimos históricos (21%) e em diversas assembléias regionais entraram expoentes de partidos de extrema-direita.¹⁰

Na Grã-Bretanha, a vitória de Blair nas eleições para o Parlamento, em 2005, esconde que o governo trabalhista se apóia somente sobre 1/3 da população britânica. Numa eleição proporcional, governaria hoje a Grã-Bretanha uma coalizão liberal-conservadora.¹¹

5 CARACTERÍSTICAS DO AVANÇO DA DIREITA

O primeiro passo em direção a uma predominância de governos de direita na Europa foi dado pela vitória do Partido Popular e do Partido da Liberdade, na Áustria, em 1994 e pela vitória do Partido Popular (PP) de José Maria Aznar, em 1996, na Espanha. O PP, proveniente do catolicismo conservador, tradicionalmente forte na Espanha, herdeiro do Franquismo e com ligações estreitas com a *Opus Dei*, absorve tanto grupos moderados como grupos de direita radical que em outros países europeus constituiriam ou partidos separados (mas aliados aos de direita moderada) ou estariam até mesmo fora do governo, por terem posições radicais dificilmente conciliáveis com a política de equilíbrio constitucional perseguida pelos governos europeus. Diversamente dos anos de sua fundação, hoje, o PP está muito mais à direita também economicamente; ele operou uma virada neoliberal, mesmo chegando ao governo pela primeira vez empurrado pelo alto índice de desemprego que os governos do Partido Socialista (PSOE) não conseguiram reduzir. A ascensão do PP mostra seu enraizamento gradual e seu constante crescimento. O PP tinha 26% em 1989, subiu para 34,8% em 1993 e, ao vencer as eleições, em 1996, estava em 39%. Em 2000, consolidou seu poder com 45% dos votos.¹²

O caso espanhol constituiu um modelo para todos os outros partidos de direita europeus, mas o seu radicalismo isolou o governo em algumas questões, como a guerra contra o Iraque. A política econômica de Aznar não conseguiu supe-

rar o obstáculo do aumento do desemprego, que havia sido interrompido temporariamente nos anos entre 1996 e 2000 e que, atualmente, atinge uma das maiores taxas da UE.

As vitórias dos partidos de direita na França e na Itália mostram, ao contrário, situações mais complexas, que devem ser explicadas com uma divisão programática e eleitoral dos agrupamentos de esquerda. Em ambos os casos, de fato, existem duas coalizões que geralmente se equivalem em termos de consenso: deslocamentos à direita ou à esquerda de uma pequena parte do eleitorado de centro ou uma abstenção pronunciada dos eleitores tradicionais de esquerda ou de direita, podem beneficiar uma ou outra coalizão.¹³

Na França, a multiplicação dos candidatos de centro-esquerda confirmou Jacques Chirac na Presidência, além de impedir a ida de Jospin ao segundo turno. Pela primeira vez na história da V República, um desafiante de extrema direita, Jean-Marie Le Pen, disputou um segundo turno para a presidência.

Tabela 04 - Eleições presidenciais na França (abril 2002, 1º turno)¹⁷

<i>Candidatos de Direita e Centro-Direita</i>	%
Jacques Chirac (Rassemblement Pour la République - RPR) direita gaullista	10,9
Jean-Marie Le Pen (Front National) extrema direita	16,9
François Bayrou (Union pour la Démocratie Française) centro-direita giscardiana ¹⁸	6,8
Jean Saint-Josse (Chasse, Pêche, Nature, Traditions)	4,2
Alain Madelin (Démocrate Libérale) direita ¹⁹	3,9
Bruno Mégret (Mouvement National Républicain)	2,3
<i>Total</i>	34
<i>Candidatos de Esquerda</i>	%
Lionel Jospin (Parti Socialiste)	16,2
Ariette Laguille (Lutte Ouvrière)	5,7
Jean-Pierre Chevènement (Pôle Républicain)	5,3
Noël Mamère (Les Verts)	5,2
Olivier Besancenot (Ligue Communiste Révolutionnaire)	4,2
Robert Hue (Parti Communiste Français)	3,4
Christiane Taubira (Parti Radical de Gauche)	2,3
<i>Total</i>	42,3
<i>Outros</i>	3,7

Fonte: Ministério do Interior da República Francesa.

Tabela 05 - Eleições presidenciais na França (maio 2002, 2º turno)

Jacques Chirac (Rassemblement Pour la République - RPR) direita gaullista	82,2 %
Jean-Marie Le Pen (Front National) extrema direita	17,8 %

Fonte: Ministério do Interior da República Francesa.

Os dados da eleição para a Assembléia Nacional mostram um quadro um pouco diferente.²⁰

Tabela 06 - Composição da Assembléia Nacional da França após as eleições de junho de 2002

Partidos	% votos	cadeiras
Union pour la Majorité Présidentielle (RPR de Chirac + Démocrate Libérale, DL)	33,7	357
Parti Socialiste (PSF)	24,1	140
Front National (FN)	11,3	0
Union pour la Démocrate Française (UDF)	4,8	29
Parti Communiste Français (PCF)	4,8	21
Verts (verdes)	4,5	3
Diverses Droite (diversos deputados de direita)	3,7	9
Parti Radical de Gauche (Partido Radical de Esquerda, PRG)	1,5	7
Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR)	1,3	0
Lutte Ouvrière (LO)	1,2	0
Diverses Gauche (diversos deputados de esquerda)	1,1	6
Outros	5,8	5

Fonte: Ministério do Interior da República Francesa.

Comparando os dois pleitos eleitorais, percebe-se o quanto influiu a dispersão dos votos de esquerda para presidente. Teria sido necessário apenas 0,8% a mais para que Jospin disputasse o segundo turno contra Chirac. Pode-se notar ainda a diferença entre os votos obtidos pelo Partido Socialista e pelo partido de extrema-direita *Front National* na corrida presidencial e na parlamentar.

Seria necessário analisar essa divisão da esquerda bem como os motivos da popularidade dos programas de direita. Hoje, na Europa, faltam programas fortemente orientados à esquerda, que se revela incapaz de realizar os próprios projetos integralmente. A esquerda enfrenta diversos outros problemas: amplitude das alianças que garante apenas um equilíbrio instável aos governantes. O abstencionismo prejudicou a esquerda nas eleições nacionais e locais, tanto na França como na Itália, uma vez que os eleitores tradicionais da esquerda jamais haviam desertado das urnas como nessas últimas eleições.

As políticas da esquerda, que tem dado frutos em direção ao fortalecimento e reconstrução das finanças do Es-

tado, a curto e médio prazo não deram os resultados esperados, e o que resta são taxas de desemprego que diminuem lentamente, quando não aumentam e a constante perda de direitos trabalhistas.

É neste quadro que deve ser compreendido o abstencionismo eleitoral da esquerda, sobretudo dos militantes que se recusam a votar à direita, não se identificam mais, como antigamente, nos partidos socialistas e social-democratas e raramente votam na extrema esquerda, conscientes de que uma ulterior divisão das alianças de centro-esquerda (das quais nem sempre a extrema esquerda participa) só acarretaria obstáculos. Trata-se de um eleitorado que acredita, em geral, na unidade da esquerda e na recuperação dos valores do reformismo socialista.

Na eleição do presidente na França, a este fator juntou-se outro comportamento do eleitorado de esquerda: a fragmentação, como vimos, também causada por motivos parecidos. As expectativas em relação ao governo de esquerda do socialista Lionel Jospin foram frustradas. A intervenção social do Estado não ocorreu, nem com a promulgação da lei das 35 horas de trabalho, cuja aplicação foi julgada, por muitos eleitores de esquerda, tímida, demorada e não acompanhada por uma ação mais ampla na extensão das reformas do Estado de Bem-estar Social numa direção distributiva. Aqui, porém, está outra questão espinhosa, o fato de os partidos de esquerda governarem hoje quase sempre em coalizões com partidos de centro. A lei das 35 horas, na França, afastou o apoio dos pequenos e médios empresários que viram-na como um aumento dos custos insustentável, ao contrário da grande empresa, neste contexto globalizado cada vez mais competitiva, o que determinou uma passagem de votos moderados para Chirac ou para outros candidatos de centro-esquerda.

Na Itália houve uma situação parecida, com uma coalizão de centro-direita (*Casa delle Libertà*, *CdL* - Casa das Liberdade-

des) que ganhou as eleições em grande parte graças aos erros eleitorais da coalizão de centro-esquerda *Ulivo* (Oliveira),¹⁴ que não conseguiu estabelecer um acordo com o partido da *Rifondazione Comunista*, nem com o partido centrista do juiz que liderou a “Operação Mãos Limpas”, nos anos 1990, Antonio Di Pietro (*Italia dei Valori*, Itália dos Valores). Também neste caso, o alargamento do *Ulivo* às duas extremidades de centro e de esquerda (além dos conflitos internos à aliança) teve motivos profundos ligados não somente a lutas pelo poder, mas a diferenças de programa, sobretudo no que se refere à política social. *Rifondazione Comunista*, que fez parte do governo do *Ulivo* desde a vitória desta coalizão, em 1996, tirou o seu apoio ao governo de centro-esquerda cerca de dois anos antes das eleições de 2001 porque o governo se recusava a atender as suas solicitações para a implementação de uma lei das 35 horas de trabalho, igual à promulgada pelo governo Jospin.

No momento da formação de um acordo para enfrentar as eleições 2001, tanto *Ulivo* como *Rifondazione* puseram obstáculos programáticos à concretização da aliança, entre os quais a lei das 35 horas, que o *Ulivo* não queria considerar como ponto importante no âmbito da reforma da legislação trabalhista para enfrentar o aumento do desemprego. Além disso, o partido de Di Pietro não via garantida nos programas do *Ulivo* uma política de maior combate à corrupção do mundo político italiano.

Assim como na França, também na Itália os mecanismos eleitorais tiveram um papel fundamental na vitória da direita. Embora pouco divulgada, e por estranho que pareça, a coalizão de centro-direita, na Itália, obteve um número de votos inferior ao das eleições de 1996, quando perdeu. Até do ponto de vista da porcentagem, não alcançou a metade mais um dos votos, porém obteve mais cadeiras no Parlamento porque conseguiu ultrapassar, na maioria dos colégios eleitorais,

os candidatos do *Ulivo*, que participavam quase sempre sem o apoio de *Rifondazione* e de Di Pietro. É preciso notar que, ao contrário do que acontece na França, não há segundo turno nos colégios e, portanto, é suficiente alcançar o primeiro lugar entre os candidatos para ser eleito para o Parlamento, independentemente do fato de não ter conquistado a maioria absoluta (51%) dos votos no colégio. Foi a situação que se apresentou na maioria dos colégios italianos, com os candidatos de centro-direita (*Casa delle Libertà*) ganhando freqüentemente dos do *Ulivo* com 45% a 42%, estando o resto dos votos divididos entre *Rifondazione*, *Lista Di Pietro* e outros partidos menores, sem contar o abstencionismo que fez faltar à esquerda, em geral, muitos dos votos que normalmente obtêm.¹⁵

Ao contrário do que a *Casa* tentou propagandear, não há um país com dois terços à direita, mas há, com certeza, evidentes dificuldades na coalizão de centro-esquerda, entre as quais está o fato do *Ulivo* ser formado por um número excessivo de pequenos partidos.

As eleições de 2001 evidenciaram também o fato de que o partido personalista de Silvio Berlusconi, *Forza Italia*, tinha-se tornado o principal partido do país, aumentando seus votos, graças, sobretudo, à diminuição dos sufrágios obtidos pelos outros dois principais partidos a ele aliados (*Lega Nord* e *Alleanza Nazionale*). *Forza Italia* ganhou quase 30% dos votos, enquanto *Alleanza Nazionale*, segundo partido da coalizão, ficou com 12%.

A tabela seguinte expressa a situação fragmentada da Itália, mas de forte contraposição entre direita e esquerda.

Tabela 07 - Eleições na Itália (2001)

Casa delle Libertà (CdL) (composta pelos partidos: <i>Forza Italia</i> , <i>Alleanza Nazionale</i> , <i>Lega Nord</i> , <i>Centro Cristiano Democratico</i> , <i>Cristiani Democratici Uniti</i>)	45,4 %
Ulivo (composta pelos partidos: <i>Democratici di Sinistra</i> , <i>La Margherita</i> , <i>Forù</i> , <i>Socialisti Democratici Italiani - SDI</i> , <i>Partito dei Comunisti Italiani - PdCI</i>)	40,3 %
Rifondazione Comunista	5,0 %
Lista Di Pietro (Italia dei Valori)	4,1 %
Democrazia Europea (centro)²³	3,6 %
Outros	1,6 %

Fonte: Ministério do Interior da República Italiana.

O *Ulivo* não mostra talvez toda sua pulverização partidária, mas basta lembrar que a lista *Margherita* era composta por vários partidos de centro, formados, em grande parte, por católicos progressistas, quais sejam o *Partito Popolare Italiano* (que herdou a esquerda da antiga Democracia Cristã), os *Democratici* (Democratas, um partido que pretende se inspirar no homônimo dos EUA), *Rinnovamento Italiano* e *Unione dei Democratici per l'Europa* (UDEUR). Pois bem, os DS (ex-PCI) não ultrapassaram, pela primeira vez em sua história, 20%, enquanto a aliança *Margherita* chegou a 15%.

A direita que ganhou na Itália tem características diversas da francesa. Há nela pouco da moderação e da tradicional arte de gestão pública de um grande Estado nacional, que constituem as características da direita francesa, herdeira da tradição gaullista e de certa idéia de intervenção pública, apesar de sua guinada cada vez mais neoliberal. Chirac, sobretudo, é muito mais internacionalmente engajado em prol da unificação europeia e do estabelecimento de uma política antagonica e alternativa à de dominação norte-americana.

Pelo contrário, a direita italiana é uma mistura explosiva, na qual se destacam: a intromissão do privado no público, a direção personalista do principal líder Berlusconi, fortes elementos de corrupção,¹⁶ além da presença dos neofascistas de *Alleanza Nazionale (AN)*, último partido herdeiro do fascismo italiano de Benito Mussolini.¹⁷ Além disso, há elementos de secessionismo, com a participação da *Lega Nord (LN)*, que no seu programa almeja separar o norte rico do resto do país e explicita seu preconceito em relação aos italianos do sul. Uma característica marcante do governo é também o aparecimento do “fascismo midiático”, uma vez que Berlusconi é proprietário de três redes nacionais abertas e agora controla, em virtude do cargo de primeiro-ministro, as três redes públicas da RAI, as principais editoras italianas, Mondadori e Einaudi, vários jornais de tiragem nacional e local, sem contar

rádios, seguradoras e a propriedade do Milan, um dos times de futebol com a maior torcida na Itália.

A força do partido de Berlusconi na coalizão conseguiu neutralizar, até agora, os contrastes entre seus vários componentes. AN e LN, por exemplo, discordam sobre alguns pontos fundamentais, que em outras situações teriam abalado o governo, como a unidade do país e a intervenção do Estado na economia e na sociedade, pois *Alleanza Nazionale* ainda conserva uma idéia de Estado nacional de herança fascista, portanto, com aspectos de política social e manutenção de sistemas públicos e gratuitos de saúde, aposentadoria e educação. Estas posições de AN (compartilhadas pelos pequenos partidos católicos da coalizão de centro-direita), freqüentemente se chocam com a onda neoliberal que caracteriza tanto *Forza Italia* no seu conjunto, partido ligado aos empresários italianos, como a *Lega Nord*. *Alleanza Nazionale*, porém, não tem força suficiente para se afastar ou rediscutir os principais rumos dados à política econômica e social pelos ministros de *Forza Italia*. Também a *Lega Nord* não consegue ter um papel maior (por exemplo, em direção a uma reestruturação federalista da República Italiana) dentro da aliança, por ser um partido inexpressivo no centro-sul e forte somente nas regiões do norte da Itália.

Entre contradições, utilização privada dos cargos públicos e compromissos variados entre os partidos que compõem a coalizão, a saúde, a aposentadoria e a educação estão sendo destruídas gradualmente pela ação do governo Berlusconi, embora a resistência na sociedade civil seja forte, pois uma longa tradição de assistência social e de organização dos sindicatos e das forças de esquerda se opõe a esta política. Estes aspectos, junto com as posições anti-européias do governo, fizeram com que a imprensa européia (inclusive, o liberal *Financial Times*) começasse uma campanha de críticas ao governo italiano.

6 GOVERNOS E PARTIDOS DE DIREITA E CENTRO-DIREITA

Pode-se afirmar que o neoliberalismo, hoje, caracteriza os temas de política econômica das principais forças de direita na Europa, embora haja, como vimos, nuances na aplicação desta política: o neoliberalismo de Chirac ou da democracia cristã alemã e holandesa é moderado em relação ao dos conservadores ingleses, o de *Alleanza Nazionale* é praticamente inexpressivo, o de *Forza Italia* ou da direita espanhola é mais forte, porém estas últimas duas forças políticas têm uma idéia e uma prática de apoderar-se da esfera pública (paternalismo, voto de escambo, clientelismo), que se inserem com todas as suas contradições dentro do sistema neoliberal de forte limitação do papel do Estado.

Todos os governos europeus de direita estão implantando políticas de redução do *Welfare*, como mostram os recentes embates e greves na França e a ofensiva sindical na Itália. Estas políticas de direita, porém, são de graus diferentes em cada país, pois há destruições efetivas do sistema de bem-estar social (Itália, Espanha, Portugal), reduções de uma certa amplitude, mas que conservam em boa parte o sentido do *Welfare* (França, Áustria), ou até reformas que não abalam a estrutura assistencial no seu complexo (Dinamarca, Países Baixos). De fato, não podemos comparar o sentido e a penetração do Estado na França com o mesmo fenômeno na Itália ou na Espanha.

Também no que se refere à relação entre as diferentes nações e a União Européia, os governos de centro-direita têm diferentes atitudes, mas, em geral, há duas posições principais.

A primeira é favorável a intensificar a integração européia, quer dizer, passar da situação atual da UE para uma real união política de Estados europeus do tipo dos EUA ou do Brasil. Atualmente, a União é, sobretudo, um pacto federativo de tipo

econômico-monetário e legislativo, ainda parcial e desigual, que conserva quase integralmente o espaço de ação de cada Estado-nação.¹⁸ Ao contrário, há alguns governos e partidos de direita (ou correntes dentro deles) eurocéticos, firmes na oposição a uma ulterior integração europeia. O eleitorado destes últimos se expressou ultimamente com atos de recusa da aprovação da Constituição da União Europeia, em campanhas e comícios e na votação negativa nos plebiscitos na França e nos Países Baixos em 2005.¹⁹

Entre as duas posições há claramente diversas gradações: os vários governos e partidos de direita se colocam entre a posição da direita francesa e alemã, fortemente favoráveis à formação de uma Europa unida também politicamente, e a da direita inglesa, contrária em absoluto até à união monetária, inaugurada com o Euro.

Na Dinamarca, a direita derrotou os socialdemocratas, em 2001, após décadas de governo socialista, sobretudo por ela ter apoiado firmemente uma posição eurocética. O euroceticismo é forte entre todos os partidos de direita escandinavos, em parte por considerarem que as normas de *Maastricht* e uma ulterior unificação política podem afetar irremediavelmente seus sistemas de proteção da economia. As forças de direita moderada dos Países Baixos e da Bélgica, que são o coração do projeto unificador europeu com a antiga união econômica da BeNeLux, estão muito próximas das posições alemãs e francesas, enquanto no caso da Itália e da Espanha, os principais partidos de direita são mais resistentes à intensificação do processo de integração europeia, embora não cheguem às posições dos conservadores ingleses. A direita grega e a portuguesa, em geral fortemente conservadora sob todos os pontos de vista e muito semelhantes neste sentido com as da Espanha e da Itália, ao contrário, não tem fortes correntes de euroceticismo, também porque são os países mais beneficiados pelos programas de ajuda e assistência às áreas economicamente enfraquecidas.²⁰

Nos casos espanhol e italiano, o euroceticismo tem raízes profundas na oposição ao controle cada vez mais intenso exercido pela União Européia sobre as legislações destes grandes países, cujos partidos de direita, uma vez no governo, têm tendências autoritárias, clientelistas e contrastantes com a elaboração de uma política econômica e social comum aos outros países.

Outro aspecto que marcou a última década, e que deve ser mencionado, é a progressiva americanização da vida política européia. Cada vez mais, há um aumento do personalismo na política, reduzindo os programas e os partidos aos seus líderes. É mais comum nomear os partidos como “o partido do líder...”, do que com o próprio nome. A personalização da política tem efeitos negativos no sentido de tirar a razão das organizações partidárias complexas e estruturadas, como era, até a metade dos anos 1990, a maioria dos partidos de direita e de esquerda: isto, claramente, afetou mais estas últimas do que as de direita, pois a organização capilar era a base principal do sentido e da força efetiva da esquerda, que acredita na participação ativa da população na vida política. Passou-se a uma formação da opinião política que está baseada mais na manipulação da mídia e nos comitês eleitorais, montados poucos meses antes das eleições pelas várias coalizões, do que por uma constante prática política participativa nas seções, núcleos e associações de partido e na sociedade como um todo.

De qualquer forma, a direita têm-se apropriado mais facilmente desta política das organizações leves (a famosa teoria do partido leve) e do personalismo político, uma vez que não possuem partidos capilarmente presentes no território com núcleos e associações e detêm um poder midiático mais consistente do que o dos partidos de esquerda.

Ao longo da década de 1990, a reformulação das políticas econômicas em direção ao neoliberalismo dos grandes parti-

dos de democracia cristã, de inspiração católica e protestante, e o seu enfraquecimento ou até fragmentação em alguns casos,²¹ resultaram num afastamento destes partidos dos princípios e da ação político-social de moderação das igrejas, que tinha sido a referência ideológica principal na maior parte dos partidos de direita, depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje em dia, padres católicos, pastores protestantes e as organizações de base luteranas, calvinistas e católicas estão cada vez mais envolvidos com deputados, associações e partidos de centro-esquerda, compartilhando com eles uma política genericamente anticapitalista e sobretudo antiliberal, embora as altas hierarquias continuem fundamentalmente mais próximas das coalizões de centro-direita.

A posição da Igreja Católica na Itália, por exemplo, tornou-se nestes últimos anos muito delicada: oficialmente a Conferência Italiana dos Bispos não toma posições claras e declarações de voto, porém aumentou consideravelmente o clero, compreendendo uma parte dos bispos e grande parte dos párocos, que está ao lado da coalizão de centro-esquerda.

Em outras áreas católicas (como a França, o sul da Alemanha, a Áustria e a Bélgica), a Igreja também continua desenvolvendo muitas vezes uma função moderadora dos conflitos sociais e de empenho social ao lado dos sindicatos, dos pobres e dos imigrantes, ainda que esteja tanto ao lado das coalizões de centro-direita quanto das de centro-esquerda. Na Espanha e em Portugal, ao contrário, a Igreja ainda mostra, na sua maioria, uma posição conservadora, que constitui a base principal de apoio de partidos de direita anti-socialistas e tradicionalistas.

No caso dos países protestantes, também verificou-se um distanciamento das várias igrejas dos partidos de direita por esses optarem por políticas neoliberais e autoritárias em relação aos imigrantes e a outros aspectos da sociedade civil.

Cada vez mais (com exceção da Igreja ortodoxa grega, muito conservadora), as igrejas cristãs estão constituindo-se na Europa como frentes antiliberais e de reforma social do capitalismo, em muitos casos mais à esquerda economicamente do que os tradicionais partidos socialistas.²²

Este distanciamento parcial, mas cada vez mais intenso, das igrejas em relação aos partidos de direita moderada é reflexo da mutação das ideologias destas formações políticas, que estão se aproximando à xenofobia típica dos partidos de extrema direita, que conheceram um avanço nestes últimos anos. Apesar das resistências, todavia presentes e ainda fortes, os partidos da direita moderada governam em diversos países europeus em alianças com partidos de extrema direita ou recebem o seu apoio externo, ou, ainda, estão disputando eleitores com eles, e, portanto, se aproximam das suas idéias para conquistá-los.

7 A RENOVAÇÃO DA EXTREMA DIREITA E SEU PROTAGONISMO

Ao sucesso da direita moderada nas várias eleições do final dos anos 1990 e início da primeira década do século XXI, correspondeu também um avanço da extrema direita, que, em certos casos, proporcionou a vitória de coalizões de centro-direita, atualmente no governo em alguns países. O universo dos partidos e movimentos de extrema direita é muito variado, como mostra a divisão desta tendência no próprio parlamento europeu. Mas, em geral, são ainda caracterizados por ideologias fortemente xenófobas, muitas das quais remontam às experiências dos partidos fascistas anteriores à II Guerra Mundial.

Alguns destes partidos são testemunhas de um passado que a sociedade européia como um todo quer esquecer. Eles têm, entretanto, um eleitorado que aumenta porque apresentam uma resposta nacionalista aos novos processos soci-

ais que a Europa está enfrentando nestes anos de intensificação da mundialização cultural e da globalização dos mercados. De certa forma, representam uma defesa, uma resposta de direita de parte da população europeia à recessão econômica, à diminuição do *Welfare*, à inserção de mão-de-obra e de população estrangeira num fluxo imigratório nunca visto pela Europa.

Talvez por estes motivos tais respostas foram lidas e interpretadas, em parte, como a expressão de um pedido de ajuda por parte de setores pobres ou desfavorecidos da sociedade europeia que, antes das mudanças ocorridas na esquerda, se identificavam mais no comunismo e na socialdemocracia. Parcialmente, esta interpretação tem suas razões, mas uma análise atenta dos fluxos eleitorais mostra que o aumento do papel e dos votos da extrema direita nos vários países europeus se baseia menos neste fator de desilusão com a esquerda tradicional e, mais freqüentemente, em causas complexas e heterogêneas, que têm relação com os setores variados de classe média, que tradicionalmente, em períodos de crise e de incertezas, recorrem à resposta de extrema-direita para voltar a uma sociedade na qual eles tinham um papel destacado.

A história de um proletariado que vota ou milita na direita porque a esquerda não cumpre mais o seu dever e, em suma, não é mais esquerda, é um verdadeiro mito que se desmonta facilmente com o argumento de que não existe uma única esquerda nos vários países europeus, mas, como vimos, há também comunistas e verdes que poderiam herdar (e muitas vezes herdaram) o voto daqueles trabalhadores que não se reconhecem no novo reformismo moderado socialdemocrata. É usualmente a classe média europeia que oscila do centro-esquerda ao centro-direita, chegando até a direita extrema.

Com isto não queremos dizer que não haja também aumento do voto à direita entre a classe trabalhadora europeia;

pelo contrário, este aumento (embora limitado) não pode ser negado, uma vez que se encontra como uma resposta eleitoral à questão da mão-de-obra imigrada que ocupou alguns espaços tradicionais do mercado de trabalho antes ocupados por trabalhadores nacionais. Este fenómeno, porém, não é o principal fator de aumento da direita europeia (nem da extrema, nem da moderada). A questão da imigração torna-se ainda mais marcante para um certo eleitorado de classe média que não concorre com estes novos trabalhadores (aliás, frequentemente os utiliza nos trabalhos domésticos ou em suas pequenas empresas e lojas), mas reage culturalmente à mudança étnica de sua sociedade. Não é por acaso que as cidades francesas onde é mais forte o apelo do *Front National* de Le Pen são as ricas da Costa Azul, como Nice, ou as de classe média baixa do cinturão residencial parisiense.

Em suma, a disputa com os imigrantes é também sobre o alcance do Estado de bem-estar social e envolve setores da classe média baixa. A redução e limitação do *welfare* acirram os sentimentos xenófobos de parte da população que não quer imigrados no recebimento dos programas de assistência do Estado.

Por causa desses fatores, além dos desempregados em geral e dos trabalhadores temporários, é na classe média baixa que deve ser encontrado o grosso do eleitorado que proporcionou um aumento na votação da extrema direita, segundo um esquema clássico que vem desde os anos vinte e trinta do século XX. Além disso, é preciso dizer que, hoje, quem decide os rumos das eleições é justamente a classe média baixa, que constitui o maior setor social em qualquer um dos países que compõem a U.E.

Todavia, o crescimento do extremismo de direita não foi homogêneo em todos os países europeus e, sobretudo este aumento não foi tão grande como se poderia pensar ou como é propagandeado: efetivamente, não há um perigo

neofascista e neonazista hoje na Europa, embora, com certeza, tenham crescido, de forma geral, sentimentos xenófobos, e, em alguns países, eles tenham sido mais frequentemente explicitados.

Frente a este quadro, deveríamos considerar que há diversas forças de direita radical e que elas têm suas especificidades nacionais e até regionais. Há realidades em que o aumento dos partidos de extrema direita é um fenômeno recente (os Países Baixos, por exemplo), em outras onde alguns destes partidos estão no governo (Itália e Áustria), em alguns países ainda estes movimentos se fixaram em torno de 10-15% dos votos, aumentando sua atividade e presença política, mas sem ter a possibilidade de influenciar os grandes blocos de centro-direita e de centro-esquerda. O que dá força e voz a estes partidos, sobretudo, são os momentos de incertezas políticas, quando nem o bloco de centro-direita nem o social-democrata conseguem chegar ao governo ou às eleições suficientemente unidos. Em caso contrário, os grupos de extrema direita se perdem em uma esterilidade política limitada, nos casos mais ásperos, a atos de violência contra membros da esquerda ou contra os imigrados ou religiosos progressistas.²³

Freqüentemente, o voto para a extrema direita tem contornos de voto de protesto, mas é triste constatar o fato de que aumentou consideravelmente, isto sim, o voto à direita entre as jovens gerações, independentemente, às vezes, de sua classe social. Se, até a década de 1980, o voto de extrema direita era a expressão de algumas velhas gerações saudosistas do nacionalismo ou dos regimes autoritários que governaram seus países, hoje em dia a participação dos jovens nas atividades no voto de direita é cada vez mais evidente.

O caso mais preocupante do crescimento da direita é representado pelo Partido Austríaco da Liberdade (ou Liberal, FPÖ) liderado por Jorge Haider. Este partido tem as caracte-

terísticas tradicionais de partido de direita austríaco, ideologicamente muito próximo do antigo nazismo, baseando-se numa recusa violenta da sociedade multiétnica, mascarando o racismo como defesa das características culturais e correspondendo, em parte, à contraposição entre a sociedade rural austríaca e a metropolitana de Viena, historicamente cosmopolita e de esquerda.²⁴ Até o início dos anos 1980, o partido de Haider era um típico partido de extrema direita que não saía do 5-6% nas eleições nacionais, mas com um enraizamento maior em algumas regiões do país, sobretudo na Caríncia (*Karnten*), região governada por Jorge Haider, ao longo de todos os anos 1990. Em geral, o partido de Haider cresceu tirando votos do Partido Popular austríaco, católico conservador, porém moderado, enquanto os social-democratas iam ganhando as eleições e governando o país até 1999, quando o Partido Popular e o FPO se aliaram no governo Schussel. Em 1986, o FPO chegou a 10%, em 1990, a 16%, em 1994, só tinha 10 cadeiras a menos que o tradicional partido de direita, os populares, que conseguiu alcançar, em 1999, 27%, quando aumentou também o número de votos obtidos na capital, normalmente hostil à ideologia do FPO. O sucesso de Haider, porém, é ilusório, pois a tendência ao crescimento se interrompeu nestas eleições: a partir das eleições regionais e locais, o FPO iniciou sua decadência, que se refletiu no baixo resultado alcançado nas eleições de 2002, quando voltou a 10%.²⁵

Os anos de governo mostraram todas as dificuldades de um partido de extrema direita, que cresceu como forma de protesto e de radicalização de certa classe média, mas não conseguiu encontrar um equilíbrio entre o nacionalismo popular e o neoliberalismo, além de não ter as capacidades de compromisso, mediação e moderação necessárias em governos que têm sua razão de ser nos parlamentos, onde precisam encontrar amplos leques de aliança programática para poder governar.

Passando à Alemanha, onde atos de racismo violento em relação aos turcos são bem conhecidos, desde a reunificação, os diversos partidos de extrema direita, entre os quais se destaca o Partido Nacional Democrático, começaram a aumentar o número de seus filiados e sua presença nas ruas em diversas manifestações, até chegar a eleger deputados em algumas assembleias regionais. O crescimento dessas formações políticas, que geralmente não chegavam a ultrapassar 4% no plano nacional e não tinham votação expressiva regionalmente localizada na ex-Alemanha ocidental, ocorreu, sobretudo, nas regiões da Alemanha oriental, veiculando as simpatias de muitos jovens desempregados, vítimas da reestruturação econômica dos últimos anos.

Como na Áustria, também na Itália, como vimos, há partidos de extrema direita no governo, mas com características diversas. A direita secessionista da *Lega Nord* representa a classe média do norte (trabalhadores administrativos nas empresas, profissionais liberais, médios e pequenos empresários, comerciantes, técnicos), fortemente neoliberal e que quer, como mínimo, restringir sua contribuição ao Estado de bem-estar social, alegando que o sul da Itália desperdiça os altos impostos pagos em grande parte pelo norte mais rico. Ao contrário, como já vimos, o partido *Alleanza Nazionale* não é senão a versão mais moderna do neofascismo italiano, que tem uma visão econômica oposta ao neoliberalismo e à diminuição dos impostos, pois estes permitem o funcionamento da máquina burocrática estatal e dos sistemas de saúde, aposentadoria e educação pública. Os dois, porém, são fortemente xenófobos, embora a *Lega Nord* chegue a extremos de racismo contra os italianos do sul, enquanto AN (com milhares de eleitores justamente no sul da Itália) não pode ser comparada, do ponto de vista da xenofobia, ao racismo antimigrantes de Haider ou de Le Pen, ou dos partidos de extrema direita dos Países Baixos, da Bélgica e dos países escandinavos.²⁶

O caso de Le Pen foi amplamente debatido depois das últimas eleições presidenciais na França, nas quais ele alcançou quase 18% no segundo turno, mas a indicação geral desse fenômeno, entretanto, é a mesma que vale para os neofascistas italianos, uma tendência a não-ultrapassar futuramente 15% dos votos.²⁷

Um fenômeno diferente é o da neodireita holandesa liderada por Pim Fortuyn. Seu crescimento decorre em boa parte da diminuição temporária dos dois partidos de direita moderada dos Países Baixos (o CDA, Partido Democrata Cristão, nas eleições de 2002 com 27,9%) e o VVD (Partido Popular da Liberdade, em 2002 com 15,4%). O partido de Pim Fortuyn²⁸ obteve em 2002 17% dos votos, apesar de uma diminuição após a morte de seu líder, assassinado poucas semanas antes das eleições. A dificuldade de integrar o novo partido de extrema-direita no governo levou a novas eleições em 2003, que confirmaram a vitória anterior dos partidos de centro-direita, mas mostraram uma recuperação dos socialdemocratas e uma forte diminuição da Lista Pim Fortuyn, o que veio a sinalizar que a extrema-direita de Fortuyn, muito mais do que outras formações políticas semelhantes, captou os votos de trabalhadores insatisfeitos com a política moderada dos social-democratas.

É a partir do partido-movimento de Fortuyn que se pode utilizar melhor o conceito de neodireita na Europa, pois sua formação representou a difusão de um processo de mutação ideológica. Apesar das evidentes ligações com o passado xenóforo, racista e nazi-fascista de todos os partidos de extrema direita na Europa, suas ideologias foram renovadas, sobretudo no sentido de justificar de forma diferente seus princípios de uma sociedade excludente, hostil à diversidade étnica e fortemente autoritária.

Houve uma modernização da xenofobia a partir, por exemplo, da categoria de extra-comunitário: o nacionalismo, que antes punha em conflito europeus contra europeus, hoje se

transformou, após os fluxos imigratórios intensos destas últimas décadas, na contraposição europeus comunitários (de países da União Européia) *versus* os não comunitários, com as relativas hierarquias, pois, claramente, a aversão em relação a um trabalhador ucraniano ou romeno não é mesma que se observa contra um turco ou um senegalês.

Em todos os partidos de extrema direita, há muitas vezes declarações de afastamento do passado nazi-fascista, que corresponde, em diversos casos, a uma operação de fachada política, e à tendência a adotar novas justificativas para programas que não se distanciam de fato do racismo e do autoritarismo, mediante a utilização do relativismo cultural na elaboração de uma ideologia da separação entre culturas. Prega-se a coexistência na diferença e tolerância desta diversidade, mas afirma-se com veemência a separação definida dos espaços geográficos em nome de uma pureza das etnias: temos, portanto, a recusa do conceito de raça, mas a exaltação da etnicidade nacional e, as vezes, regional, que no fundo leva a resultados parecidos, quer dizer, exclusão dos outros, dos diferentes, dos não-europeus, vigendo o lema “cada um no seu país”.

Neste sentido, há uma recusa do imperialismo e do colonialismo (que caracterizavam as velhas ideologias nacionalistas) e da afirmação da superioridade da própria nação por meio da conquista e colonização de outros espaços (a África e a Ásia). O que se sustenta é a separação, a não-mistura, a aversão à mescla. Trata-se de uma defesa negativa de uma suposta superioridade, alegando que não há culturas superiores, mas culturas, e que, portanto, o fundo cultural cristão e branco da Europa tem o mesmo direito de preservação que as culturas africanas ou asiáticas, revertendo à direita os princípios de autodeterminação, que caracterizavam o pensamento dos movimentos de libertação dos países afro-asiáticos e latino-americanos entre a década de 1950 e de 1970. A única

ação extra-européia justificada é a das guerras contra os países árabes numa ótica de “cruzadas” anti-islâmicas.

Neste âmbito fortemente nacionalista, encontra espaço, portanto, também uma forte crítica ao processo de mundialização da economia: não há somente uma esquerda *no-global*, mas também uma extrema direita amplamente adversa à globalização, porque este processo destrói a idéia de Estado nacional e, abrindo os mercados de trabalho, possibilita a criação de sociedades multiétnicas. Até o anti-semitismo é recuperado dentro de um raciocínio antiglobalização, pois a diáspora dos judeus representa a intromissão mais antiga de corpos estranhos em sociedades que se pretendem (ou se sonham) cristãs e brancas.

O nacionalismo de extrema direita foi revisado também na constituição de um *sentimento* europeu que não existia até algumas décadas atrás. Agora, há o conceito de Europa-Nação, ao lado da idéia de Europa das Nações, todas cristãs e brancas, ou de Europa das Pequenas Pátrias. Nesta última, a unificação não deve levar à União Européia política, mas, baseando-se nos princípios comuns de uma cultura cristã e branca, deve conduzir à coexistência de pequenas nações regionais confederadas. Os vários conceitos entram frequentemente em contradição, mas resumem em geral uma aversão compartilhada pela extrema direita às tentativas de homogeneização cultural e de multiculturalismo. O ódio em relação às outras culturas inclui, ao mesmo tempo, a hostilidade em relação à multietnicidade em perene formação na sociedade norte-americana, reforçando o antiamericanismo típico da extrema direita européia, aspecto que a separa da direita moderada, muito mais próxima dos Estados Unidos, tanto na sua vertente republicana como na democrática.

Concluindo, pode-se dizer que, apesar das contradições ideológicas e das diferenças nacionais, a extrema direita européia desenvolveu um *corpus* ideológico renovado em suas

bases e seus princípios fundadores, mas que não se afastou de fato do núcleo do velho projeto nazi-fascista, o de uma sociedade fechada em si.

Os partidos de direita moderada, ao contrário, continuam no seu caminho liberalista globalizante e destruidor do Estado de bem-estar social, apesar de necessitarem, em diversos casos, do apoio dos partidos e movimentos de extrema-direita, porta-vozes, em grande parte, de uma reação de parte da população europeia ao processo de globalização.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, B. Nel modello scandinavo: socialdemocratici in difficoltà. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 24, gen. 2002.

ANDERSON, P.; CAMILLER, P. (Orgs.). **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

BALIBAR, E. Crisi e potenzialità: la costituzione dell'Europa.

La Rivista del Manifesto, Roma, n. 52, lug./ago. 2004.

_____. Une citoyenneté européenne est-elle possible? *In*:

_____. **Droit de cité: culture et politique en démocratie**.

Paris: Editions de l'Aube, 1998.

BARISIONE, M. Le elezioni francesi del 2002: mode d'emploi. **Il Mulino**, Bologna, n. 403, v. LI, n. 5, set./ott. 2002.

BATTISTELLI, F.; BELLUCCI, P. L'identità degli italiani e l'idea di Europa. **Il Mulino**, Bologna, n. 399, v. LI, gen./feb. 2002.

BELLOFIORE, R. La politica economica: con e oltre Keynes.

La Rivista del Manifesto, Roma, n. 30, lug./ago. 2002.

BERSELLI, E. Crisi e ricostruzione della destra italiana. **Il**

Mulino, Bologna, n. 3, mag./giu. 2005.

- BERTINETTI, R. Il populismo post-politico e antieuropeista della Gran Bretagna. **Il Mulino**, Bologna, n. 4, lug./ago. 2004.
- BIERBAUM, H. La crisi della socialdemocrazia: il conflitto sociale in Germania. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 54, ott. 2004.
- _____. La sinistra di governo in Europa: i guai di Schröder. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 40 giu. 2003.
- BOBBIO, N. **Destra e sinistra**: ragioni e significati di una distinzione politica. Roma: Donzelli, 1994.
- BOTTI, A. Madrid dopo l'11 marzo. **Il Mulino**, Bologna, n. 3, mag./giu. 2004.
- BRANCACCIO, E. La politica economica: le servitu' di Maastricht. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 30, lug.-ago. 2002.
- CACCIARI, P. Le 'nuove destre' in Europa: Haider & c. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 14, feb. 2001.
- CAMPO, C. P. del. A spanish spring? **New Left Review**, London, n. 31, jan./feb. 2005.
- CAZZOLA, G. Europa larga, Europa che cambia. **Il Mulino**, Bologna, n. 4, lug./ago. 2004.
- CHIARANTE, G. Il congresso del PPE: da Maritain al beato Balaguer. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 14, feb. 2001.
- DEMOCRATICI DI SINISTRA. **Dichiarazione politica del gruppo PSE sull'Europa sociale**: approvata a Bologna il 17 settembre 2003. Roma: Assemblea Congressuale dei Democratici di Sinistra, 2003.
- DOSSIER Europa. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 51, giu. 2004.
- DI FIORE, Tra vecchi nazionalismi, pressioni USA, classismo dei potenti: quale Europa?. **Giano**: pace, ambiente, problemi

globali, Roma, n. 47, set. 2004.

DALLA ZUANNA, G. D. Il libro bianco sul welfare, una lettura demografica. **Il Mulino**, Bologna, n. 407, v. LII, n. 3, mag./giu. 2003.

GARIBALDI, G. La 'nuova' Unione Europea: i dubbi e le certezze. **Giano**: pace, ambiente, problemi globali, Roma, n. 47, set. 2004.

GARRIGOU, A. Derrière la façade démocratique: l'abstention gagne les classes moyennes. **Le Monde Diplomatique**, Paris, avr. 2002.

GUOLO, R. Immigrazione, etnicismo, crescita zero: la lega e il Nord Est. **Il Mulino**, Bologna, n. 403, v. LI, n. 5, set./ott. 2002.

HALIMI, S. Quand la gauche n'est « pas socialiste »... **Le Monde Diplomatique**, Paris, jui. 2002.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Entrevista concedida a Antonio Polito).

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IGNAZI, P. L'Unione degli euroscettici. **Il Mulino**, Bologna, n. 4, lug.-ago. 2004.

LAVABRE, M.; PLATONE, F. **Que reste-t-il du PCF?** Paris: Autrement/Cevipof, 2003.

MAGRI, L. Scheda: la lezione olandese. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 29, giu. 2002.

MARINO, M. Le riforme sociali in Germania fra tradizione e modernizzazione. **Il Mulino**, Bologna, n. 4, lug.-ago. 2005.

MARLIÈRE, P. Un néotravaillisme très conservateur. **Le Monde Diplomatique**, Paris, mai. 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

- NOIRIEL, G. La république et ses immigrés: petite histoire de l'intégration à la française. **Le Monde Diplomatique**, Paris, jan. 2002.
- PANARARI, M. La Francia verso la sesta repubblica: requiem per un modello: anatomia di una società in transizione. **Il Mulino**, Bologna, n. 403, v. LI, n. 5, set./ott. 2002.
- PILEGGI, M. Populismo o neorazzismo?: le maschere della destra. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 16, apr. 2001.
- PRODI, R. Europa: il sogno, le scelte. **Quaderni di "Governare"**, Mantova, n. 1, 2003.
- PUGLIESE, E. (a cura di). **Razzisti e solidali: l'immigrazione e le radici sociali dell'intolleranza**. Roma: Ediesse, 1993.
- RIESER, V. Il 'lavoro che cambia': un'inchiesta DS: tra qualità e flessibilità. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 43, ott. 2003.
- SAMARY, C. Espérances frustrées à l'est. **Le Monde Diplomatique**, Paris, avr. 2005.
- SANTESMASES, A. G. Il voto spagnolo: il PSOE: ricostruire il progetto socialista. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 6, mag. 2000.
- TAGUIEFF, P. **Sur la Nouvelle Droite**. Paris: Descartes, 1994.
- TARGETTI, F. Maastricht tra Scilla e Cariddi. **l'Unità**, Roma, 23 mar. 2005.
- TORTORELLA, A. Dopo le elezioni: croce e delizia del voto. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 52, lug./ago. 2004.
- TRIGILIA, C. La crisi del modello socialdemocratico e i dilemmi del centrosinistra. **Il Mulino**, Bologna, n. 401, v. LI, n. 3, mag.-giu. 2002.

VOGELSBERG, R. Haider dopo le elezioni a Vienna: colpito, non affondato. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 17, mag. 2001.

WAINWRIGHT, H. La sinistra di governo in Europa: i guai di Blair. **La Rivista del Manifesto**, Roma, n. 40, giu. 2003.

WATKINS, S. Continental tremors: Europe's political landscape, following the french and dutch votes. **New Left Review**, London, n. 33, may./jun. 2005.

WIEVIORKA, M. **La démocratie à l'épreuve**: nationalisme, populisme, ethnicité. Paris: La Découverte; Essais, 1993.

NOTAS:

¹ As duas regiões pertenciam à antiga República Democrática Alemã, foco do ressurgimento, na Alemanha pós-muro, de grupos políticos de extrema direita ligados ao passado nazista.

² Com exceção da Finlândia e da Grécia. Os países da Europa ocidental que não fazem parte da UE são Noruega, Islândia e Suíça. A Europa dos 15 era formada por: Irlanda, Grã-Bretanha, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda (ou Países Baixos), Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Áustria, França, Itália, Portugal, Espanha, Grécia. Em maio de 2004 a UE absorveu República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Hungria, Estônia, Letônia, Lituânia e Eslovênia. Todos são países que integraram a União Soviética ou o Pacto de Varsóvia, com exceção da Eslovênia (que fazia parte da ex-Iugoslávia). Além deste grupo, entraram também dois pequenos países do Mediterrâneo: Malta e Chipre. Para 2007, se prevê a entrada na UE da Bulgária e da Romênia. Não há previsão para o ingresso da Turquia e de outros países da ex-União Soviética.

³ À exceção da Suécia e o da Finlândia, que reverteram parte de sua produção industrial pesada e instalam complexos de alta tecnologia, sobretudo no setor das comunicações (Ericsson, Nokia etc).

⁴ Essas regras do tratado são fruto da euforia neoliberal que se seguiu ao fim da União Soviética, quando não se imaginava que a Europa enfrentaria uma longa recessão. A aplicação das sanções aos países que não respeitaram os limites de Maastricht se demonstrou completamente falha. Foram punidos com rigidez e tempestividade os excessos de déficit de pequenos países, como Portugal e Irlanda, não os dos grandes, como Alemanha, França e Itália. A primeira excedeu nos gastos com a reunificação apressada com a parte oriental, a segunda se recusou a reduzir seu Estado de bem-estar social e a última não limitou os excessos decorrentes do clientelismo e da corrupção. A UE, apesar de manter os famosos limites de 3% e 60%, decidiu, a partir de 2005, aumentar o período para a aplicação das sanções bem como diminuir a abrangência das penalidades.

⁵ A exceção é a Grã Bretanha, onde a disputa é entre os dois grande partidos, o conservador e o trabalhista. O partido liberal, de centro, é inexpressivo.

⁶ Hoje, líderes moderados de direita do tipo de Helmut Kohl, na Alemanha ou Giulio Andreotti, na Itália, não existem mais ou estão confinados em correntes minoritárias. Em alguns casos, entraram em coalizões de centro-esquerda.

⁷ Para os dados, composição e funções do Parlamento Europeu ver o *site* oficial do parlamento da EU. Disponível em: <www.europarl.eu.int>.

⁸ 16 regiões - de 20 - são hoje governadas pelo centro-esquerda.

⁹

Eleições Cortes (março 2004)	Eleições Parlamento U.E. na Espanha (junho 2004)
Socialistas - 42,6%	Socialistas - 43,3%
Populares - 37,6%	Populares - 41,3%

Fonte: <www.electionworld.org> - quadro elaborado pelo autor

¹⁰ As recentes eleições para o parlamento na Alemanha (setembro de 2005), todavia, mostraram uma recuperação surpreendente da esquerda nos últimos meses, o que porém não permitiu a formação de um terceiro governo de coalizão entre Verdes (8,2%) e SPD (34,2%), uma vez que os partidos cristãos CDU-CSU (35,2%) obtiveram, ainda que por poucos votos, um número maior de cadeiras. O resultado deste empate, que porém confirma o crescimento da direita, mais a recusa de SPD e Verdes de se aliarem à extrema esquerda (com a qual, todavia, chegariam somente a 51%) foi a criação de um governo de grande coalizão SPD-CDU-CSU guiado por Angela Merkel, líder da direita cristã.

¹¹ Na Grã-Bretanha, o partido que alcança o máximo dos votos em cada colégio eleitoral, independentemente de conquistar a maioria absoluta, leva a vaga no Parlamento. Os liberais e os conservadores chegaram, nas eleições de 2005, a 22% e 32,3%, respectivamente, contra 35% do partido de Blair. Este, nas eleições para o Parlamento da U.E. em 2004, chegou ao mínimo de 22,3%, ultrapassado pelo Partido Conservador (27,4%), e quase alcançado pelos eurocéticos (16,8%) e pelos liberais (15,1%).

¹² O que lhe permitiu obter a maioria das cadeiras no parlamento sem recorrer a outras alianças. O PSOE seguiu um caminho inverso e, como em 1996, a vitória dos populares foi apertada. O Partido Socialista tinha ainda 37,7% dos votos, mas em 2000 perdeu com 34%.

¹³ Existem tradições e fidelidades partidárias, ideológicas ou programáticas estáveis há tempos, que mudam lentamente. Embora as transformações sociais redesenhem a política dos dois países, as eleições confirmam as linhas de confronto de longa duração que remontam, em alguns casos, ao século XIX, sobretudo na divisão do voto no plano regional, com áreas historicamente à esquerda ou à direita, mesmo tendo claramente se modificado o cenário econômico e social destas regiões há algumas décadas.

¹⁴ A partir de 2005, mudou o nome para *Unione* (União).

¹⁵ Também neste caso, o abstencionismo de esquerda decorreu do protesto em relação à política do governo de centro-esquerda (1995-2001), considerada moderada demais por diversos eleitores dos DS e dos Verdes.

¹⁶ Há processos judiciais que denunciam o envolvimento indireto de Berlusconi e direito de alguns de seus colaboradores e membros do partido *Forza Italia* com a máfia. É o problema mais grave do governo Berlusconi, que reside no seu conflito constante com a magistratura, com uma campanha para desacreditar os juizes, baseada na tese de que

eles são politicamente orientados pela esquerda, desta forma minando a base fundadora da democracia representativa, a divisão entre poderes.

¹⁷ Lembramos que AN não é senão o velho *Movimento Sociale Italiano*, o principal partido neofascista que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial e mudou de nome nos anos 1990.

¹⁸ É necessário lembrar, por exemplo, que somente 12 países da União adotaram como moeda comum o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal.

¹⁹ Nestes plebiscitos, eleitores de direita eurocéticos juntaram seus votos aos eleitores de esquerda, igualmente contrários, por motivos sociais, a esta Constituição.

²⁰ Produções importantes como as de vinho, azeite e frutas cítricas não seriam economicamente viáveis em termos de concorrência pura, assim como a instalação de programas de saúde, educação e aprimoramento industrial e tecnológico, se não fossem financiados nestes países pelos fundos de amparo da União Européia.

²¹ Sobretudo no caso italiano, foi evidente esta separação do partido católico, a Democracia Cristã (que desapareceu depois do terremoto político que se seguiu à Operação Mãos Limpas em 1993), entre a sua parte mais progressista (desde 1994 aliada aos ex-comunistas, os DS, na formação da coalizão *Ulivo-Unione*) e a mais moderada e de direita, que integra a aliança com Berlusconi e *Alleanza Nazionale*. É preciso, porém, lembrar que a maioria dos eleitores mais conservadores da Democracia Cristã vota hoje para *Forza Italia*.

²² Não é um acaso, por exemplo, que, na Europa, a rede do mercado alternativo solidário de bens produzidos nos países africanos, asiáticos e latino-americanos por cooperativas que visam a romper a lógica exploratória do mercado neoliberal e globalizado (EFTA, *European Fair Trade Association* e IFTA, *International Federation of Alternative Trade*) constituiu-se e tem suas bases principais nas organizações católicas e protestantes da Europa, com uma ramificação intensa graças à capilaridade das igrejas e paróquias.

²³ É interessante notar que, apesar das críticas voltadas aos partidos da direita moderada, estes nunca atacam violentamente seus membros.

²⁴ Em Viena se contam nos dedos as administrações de direita.

²⁵ O mesmo percentual obtido pelos Verdes, enquanto o Partido Popular chegou a 42,3% e os socialdemocratas a 36,6%.

²⁶ Como já parcialmente dito, porém, tanto a *Lega Nord* como AN estão numa tendência eleitoral de estagnação ou leve diminuição: nas eleições para prefeituras e províncias de 2003, e nas regionais de 2005, por exemplo, a *Lega* não ultrapassou, nas cidades do norte, a média de 15% (enquanto antes de 2000 ultrapassava facilmente 20%), chegando até a perder milhares de votos na região nortista do Friuli, desde junho de 2003 governada por uma aliança de centro-esquerda, que compreende tanto partidos moderados de centro como *Rifondazione Comunista*. AN também alcançou o máximo em 1996 (quase 16% no nível nacional), mas em 2001 chegou a 12% (tinha 13% em 1994), e agora oscila entre o máximo de 18% em algumas regiões ao mínimo de 7% em outras: a tendência é de se fixar em torno de 12-13%.

²⁷ Nas eleições para a Assembléia Nacional, o *Front National*, que se inspira em grande parte no neofascismo italiano, não ultrapassou 11% em 2002, depois do relativo sucesso nas presidenciais.

²⁸ *Lijst Pim Fortuyn*.